

NOMENCLATURAS DE PARENTALIDADE E GÊNERO EM PERSPECTIVAS TRANS E NÃO-BINÁRIAS

Camila Maurer¹

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Euge Stumm²

University of Miami

Daniela Centenaro Levandowski³

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Resumo

Este estudo qualitativo, exploratório-descritivo e transversal, investigou o processo de apropriação de nomenclaturas binárias associadas à identidade parental entre pessoas trans e/ou não-binárias. Realizou-se a análise detalhada de vivências individuais de três pessoas trans e/ou não-binárias que exercem a parentalidade. Os resultados apontaram a escolha de nomenclaturas parentais como um processo complexo, no qual a identificação e apropriação de conceitos e termos como "pai" ou "mãe" envolveu significados sociais e pessoais que desafiam convenções normativas de gênero.

Palavras-chave

Pessoas transgênero; Pessoas não-binárias; Parentalidade; Linguagem; Binarismo de gênero.

¹Psicóloga formada pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Email: psico.camilamaurer@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8976-7799>

²Doutorande em Estudos Literários, Culturais e Linguísticos na University of Miami. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: estumm@miami.edu. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9087-4198>

³ Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Psicologia da UFCSPA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Email: danielal@ufcspa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6338-7287>

1. Introdução

Este artigo reflete, por meio de entrevistas com pessoas trans e/ou não-binárias, sobre modos dissidentes de conceber o exercício parental e sua relação com as nomenclaturas de parentalidade existentes no idioma português brasileiro. Apesar das mudanças sócio-históricas e epistemológicas das últimas décadas, diversos papéis sociais, tais como os parentais — e os conceitos linguísticos que os denominam e caracterizam — ainda mantêm sua importância como marcadores de reconhecimento identitário e de pertencimento (Mathias, 2023; Silva, 2009; Wachelke; Camargo, 2007). Desse modo, configurações familiares dissidentes convocam a repensar a cis e a heterossexualidade como destinos naturais (Wittig, 1992).

Este estudo endereça uma lacuna significativa na literatura: a pergunta pelo lugar da parentalidade trans e não-binária desde a própria experiência de pessoas trans e/ou não-binárias no Brasil. Trata-se de um recorte de um projeto de pesquisa maior (Maireles; Levandowski, 2023), que objetivou analisar a experiência de parentalidade dessas pessoas. A partir dos dados coletados naquele projeto, estabelecer uma reflexão com ênfase nas nomenclaturas utilizadas pelas pessoas entrevistadas tornou-se necessária, dado o peso que ocupou nas suas narrativas, o que originou o presente estudo.

2. Revisão de Literatura

Por um lado, é notável um maior reconhecimento das chamadas "novas configurações familiares" (Ogaki; Piccinini, 2023, p. 13), um termo controverso para se referir a famílias que diferem do modelo tradicional cisheteronormativo, composto por um pai e uma mãe cis, heterossexuais, casados e com filhos por consanguinidade (Rosa, 2020).⁴ Por outro, Bower-Brown (2022) enfatiza que, embora pessoas trans e/ou não-binárias enfrentem discriminação por serem vistas como dissidentes em relação a uma matriz cis e heteronormativa, são cada vez mais comuns as famílias

⁴ Demonstramos cautela em relação ao uso de expressões como "novas configurações familiares", visto que o crescente campo da historiografia *queer* demonstra a existência histórica de famílias compostas por dissidentes sexuais e de gênero há séculos (Manion, 2020). Por um lado, reconhecemos que a visibilidade de famílias compostas por dissidentes sexuais e de gênero é relativamente recente em comparação aos séculos anteriores. Por outro, recusamos a premissa de que tais configurações familiares passaram a existir apenas nas últimas décadas.

formadas por pelo menos uma pessoa trans ou não-binária. Assim, a tensão entre a crescente visibilidade de famílias dissidentes e a insistência epistemológica por parte dos saberes da saúde em exotificar tais experiências informa a construção deste estudo (Pinsky, 2009; D'Amorim, 1997; Fávero, 2010).

No Brasil, pesquisas sobre parentalidade têm sido realizadas predominantemente com casais cis e heterossexuais e, mais recentemente, com casais homossexuais (Blankenheim et al., 2018; Machin, 2016) e sobre homoparentalidades (Souza, 2013; Zambrano, 2006). De fato, nota-se ainda uma escassez de estudos sobre casais com pelo menos uma pessoa trans ou não-binária, com exceção de pesquisas sobre a gravidez de homens trans (Pereira et al., 2022; Souza et al., 2022). No que tange às pessoas não-binárias, não foram encontrados estudos brasileiros específicos sobre parentalidade, o que evidencia outra lacuna da literatura.

Por sua vez, a literatura internacional sobre parentalidade nestas populações aborda problemas como preconceito social, custódia, reconhecimento jurídico e falta de apoio médico e psicológico (Hafford-Letchfield et al., 2019). Sobre a população não-binária, Tornello (2020) destaca que os desafios parentais, como a divisão de atribuições de cuidados com a criança, são frequentemente atribuídos aos padrões binários de gênero. Nessa direção, Fischer (2020), em seus estudos sobre experiências reprodutivas de pessoas não-binárias, discute acerca da falta de denominações parentais efetivamente não-binárias, para além da maternidade ou paternidade.

A esse respeito, a questão fundamental desta investigação é debruçar-se empiricamente sobre como pessoas trans e/ou não-binárias no Brasil constroem suas relações com as nomenclaturas parentais disponíveis no idioma português brasileiro. Para tal, investigou-se os atravessamentos de gênero no processo de apropriação das nomenclaturas parentais, como "pai" e "mãe", na parentalidade desempenhada por pessoas trans e não-binárias. Dentro desta perspectiva de vivência parental, a literatura destaca que muitas pessoas trans e não-binárias tiveram filhos antes de suas transições, ou seja, antes do processo de assumir publicamente uma identidade de gênero diferente daquela designada ao nascer. Ademais, que um número significativo dessas pessoas deseja se tornar pai, mãe ou pessoa cuidadora após a transição (Riggs et al., 2016).

Nesse sentido, o próprio significado do termo parentalidade merece ser discutido. A literatura corrente sugere o conceito de parentalidade como um processo dinâmico, vivido por pessoas cuidadoras, que ultrapassa o âmbito biológico e destaca a relação entre responsáveis e filhos (Zornig, 2010; Gorin et al., 2015). Trata-se de um processo influenciado por aspectos culturais, históricos e pelas particularidades de cada família, união afetiva e indivíduo (Gorin et al., 2015). Houzel (2006) conceituou parentalidade como um conjunto de processos psicoafetivos que se relacionam com transformações da identidade e que transcendem o fato de gerar ou adotar uma criança, englobando o “tornar-se pai” ou “tornar-se mãe”. Tais expressões remetem a questionamentos a respeito das significações sociais que estes termos carregam, já que ilustram a binariedade na parentalidade e, pela falta de outras nomenclaturas, informam também o processo de apropriação do papel parental exercido por pessoas trans e não-binárias.

Assim, investiga-se, no presente estudo, as particularidades que permeiam as vivências parentais dessas populações, tais como a adoção de nomenclaturas parentais e a atribuição de significado a elas (Zambrano, 2006), explorando a construção dessas identidades parentais e as percepções acerca dos seus atravessamentos de gênero.

3. Método

Como mencionado, este estudo baseia-se nos dados originalmente coletados durante a execução do projeto de pesquisa “Trajetórias rumo à parentalidade: experiências de pessoas trans e não binárias” (Meireles; Levandowski, 2023) e nos trabalhos dele derivados (Meireles, 2023; Meireles; Stumm; Levandowski, 2026). Optou-se pela realização de um estudo qualitativo, exploratório-descritivo e transversal, com delineamento de estudo de casos múltiplos (Yin, 2010), pois, segundo Stake (2006), este tipo de estudo, além de possibilitar a investigação detalhada de casos que contém aspectos semelhantes, também permite a análise das suas particularidades, o que é pertinente quando se estuda um fenômeno plural e ainda pouco acessado cientificamente.

Participaram do estudo três pessoas nascidas no estado do Rio Grande do Sul, integrantes do projeto de pesquisa mencionado anteriormente. A Tabela 1 apresenta de forma mais detalhada as características sociodemográficas dessas pessoas.

Tabela 1: Dados sociodemográficos das pessoas participantes do estudo (N=3)

	Sylvia	Josi	Joanna
Identificação de gênero	Mulher trans	Trans e Não-binária	Mulher trans
Idade (anos)	62	28	50
Orientação sexual	Homossexual	Pansexual	Heterossexual
Status civil	Separada	Separada	Divorciada
Status de relacionamento	Namoro monogâmico	Vivenciando relações poliamorosas	Solteira
Número de filhos	02	01	01
Coabitação	Namorada e enteada	Amigo e filho	Ex-esposa e filho
Escolaridade	Superior incompleto	Superior Incompleto	Pós-graduação
Situação ocupacional	Desempregada	Empregada	Empregada

Fonte: elaboração autoral a partir do banco de dados obtido na pesquisa “Trajetórias rumo à parentalidade: experiências de pessoas trans e não binárias” (Meireles; Levandowski, 2023; Meireles; Stumm; Levandowski, 2026).

Para participar do estudo, os seguintes critérios foram respeitados: autoidentificação como pessoa trans (incluindo transexual, transgênero e travesti) e/ou não-binária; ter 18 anos ou mais; residir no Brasil; e exercer a parentalidade. Por outro lado, foram excluídas do estudo pessoas que possuíam qualquer condição que impedisse a compreensão dos instrumentos utilizados e a coleta de dados verbais e escritos. A seleção de participantes foi realizada por conveniência, a partir da manifestação de interesse em colaborar com a pesquisa após a divulgação do estudo.

A aprovação do projeto de pesquisa do qual o presente estudo deriva foi realizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (parecer número 6.045.472) no ano de 2023. A divulgação do estudo aconteceu de forma online através de redes sociais (*Instagram* e *Facebook*). Ainda, foi feita extensa divulgação presencial em locais acessados pela população trans e não-binária na cidade de Porto Alegre (RS), tais como ONGs, serviços e ambulatórios especializados, universidades, etc. O estudo seguiu as diretrizes das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012/2016), do Ofício Circular 2/2021/CONEP/CNS/MS, em decorrência da utilização de ambientes

digitais para a realização deste trabalho, e as garantias de proteção dos dados pessoais das pessoas participantes preconizadas na Lei No 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados, 2018).

Depois de realizado um estudo piloto, diante da adequação da logística e dos instrumentos para o recolhimento de informações relevantes ao propósito do estudo, iniciou-se a coleta de dados. As pessoas manifestaram interesse em colaborar com o estudo através de um formulário disponibilizado no *Google Forms*, cujo *link* constava do material de divulgação. Neste formulário, era possível acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura. Após sinalizado o aceite, as pessoas participantes recebiam acesso à Ficha de Dados Pessoais para preenchimento. Caso sinalizado, no final do formulário, o interesse em colaborar na etapa de Entrevista sobre a Parentalidade Exercida por Pessoas Trans e Não-binárias, realizava-se o contato através de *WhatsApp* ou *e-mail* disponibilizado para agendamento. As entrevistas foram realizadas em formato online, através da plataforma *Google Meet*, e tiveram uma duração de aproximadamente 60 minutos, com gravação de áudio para posterior transcrição.

Após a finalização da coleta, os dados foram preparados para análise, com a transcrição das entrevistas e o registro das informações sociodemográficas em uma planilha Excel. Os procedimentos de análise seguiram as orientações de Yin (2010): (a) preparação de dados, com a construção do relato de cada caso a partir dos dados coletados; (b) análise interna de cada caso; (c) análise comparativa entre os casos, buscando identificar padrões, similaridades e diferenças, para obter-se uma visão mais global do fenômeno estudado, a partir da estratégia metodológica de síntese de casos cruzados; e (d) interpretação geral dos resultados, com base na literatura da área e no foco do estudo.

4. Resultados e Discussões

4.1 Sylvia

Sylvia (ela/dela), mulher trans de 62 anos, se interessou pela pesquisa a partir do cartaz de divulgação do estudo localizado no serviço de saúde que frequenta. Quando questionada sobre quando se tornara mãe, ela respondeu:

Na verdade, eu fui pai...[...] (Meireles; Lewandowski, 2023). Eu me sinto vó, mas eu não me sinto mãe. Do [neto] eu me sinto vó. Já me sinto vó, né? É que

eu não consigo ser como os dois. Talvez porque, na época em que foram gerados, o gênero tava errado. Mas eu me sinto, vó. Tanto que não me chama de vó. Me chame de vovó (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p. 11)⁵

Ela é pai de dois filhos, um de 28 anos e outro de 35 anos. A relação com o filho mais velho começou apenas 18 meses antes da coleta de dados, enquanto a relação com o filho mais novo se deu desde o seu nascimento. Ao ser questionada sobre o processo de decisão pela parentalidade, ela respondeu:

Não, eu nunca quis ser pai, porque eu não me via como figura masculina paterna. Talvez seja isso. Hoje eu me vejo mais como pai do que quando eu era homem, né? Mas eu não consigo desvincular da figura. Eu não consigo me ver como mãe, tá? (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p. 9) [...] Mas em nenhum dos dois casos eu quis ser pai. (Meireles; Levandowski, 2023).

Contando um pouco mais sobre a sua relação com os filhos, Sylvia se descreveu como uma figura ausente, tanto por ter conhecido um dos filhos há pouco tempo quanto por não ter sido muito participativa na criação do segundo filho, que acompanhou desde o nascimento. Neste caso, ela atribuiu a sua ausência a dificuldades para se identificar com o que ela chamou de “valores masculinos” que, conforme a sua descrição, estão vinculados ao desempenho do papel paterno:

Ele é um filho que eu fui muito, muito ausente como pai. [...] Sei lá, de querer me afastar, pelo fato da minha própria, problema de identidade, de não me identificar como homem. Nunca levei num jogo de futebol, por exemplo. Não gosto de futebol, ia levar pra que no futebol? Eu não deixava dar arma de presente, aquela coisa masculina... (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p. 10) [...] Então eu não identificava essas coisas, esses valores masculinos, então, sei lá, eu meio que me senti muito em falta. (Meireles; Levandowski, 2023).

Mesmo identificando-se como pai, Sylvia relatou perceber em si um lado “materno”, exemplificando essa percepção por meio da realização de atividades e tarefas tradicionalmente associadas à figura materna:

Mas o fato é que eu sempre fui uma pessoa extremamente materna. Eu gosto de fazer comida, eu gosto de levar comida pros meus filhos, eu gosto de ajudá-

⁵ Todas as citações diretas acerca das falas das pessoas participantes deste estudo são oriundas das transcrições das entrevistas realizadas a partir do projeto de pesquisa “Trajetórias rumo à parentalidade: Experiências de pessoas trans e não binárias” (Meireles; Levandowski, 2023). Quando os trechos citados já foram publicados (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026), eles foram referenciados com a indicação da página desta primeira publicação. Já os trechos inéditos, ainda não publicados e utilizados no presente estudo, foram referenciados como Meireles e Levandowski (2023), para indicar a origem dos mesmos a partir do banco de dados do referido projeto de pesquisa.

los nas coisas, eu gosto de participar do que eles estão falando. Gosto que eles me falem das namoradas (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p. 10).

Ainda sobre a sua percepção sobre a parentalidade, Sylvia, usando como exemplo o relacionamento entre sua parceira e a filha de sua parceira, referiu que:

Ela [namorada] é uma pessoa que abre mão da vida e das coisas para ela em função dessa filha. [...] E sabe que isso aí me mostra o que realmente é ser mãe, né? Que é ser aquela pessoa que é a leoa, né, que é a leoa que defende seu filhote, que não quer que o mundo judie mais do que deveria judiar, se coloca à frente. [...] Não me sinto mãe, não tenho isso. Gostaria, mas não tenho (Meireles; Lewandowski, 2023).

Ao ser questionada sobre possíveis influências de sua trajetória de gênero em sua experiência e prática parental, ela sinalizou uma liberdade de julgamentos em prol da liberdade de expressão dos filhos. Também demonstrou perceber algumas mudanças em seu comportamento com relação aos filhos a partir da transição de gênero:

Eu sou uma pessoa mais amorosa com o [segundo filho], é diferente. Como não conheci ele, ele já me conhece assim. Então eu ser beijoqueira, de abraçar, de querer carinho, ele aceita numa boa. E com o [primeiro filho], comecei a conhecer essa relação de troca física, principalmente. Ela se tornou agora uma coisa relativamente nova. [...] É o que eu falei na questão de ser uma pessoa muito mais transparente hoje na emoção (Meireles; Lewandowski, 2023).

Em contrapartida, Sylvia confidenciou que, por muito tempo, a preocupação de influenciar os filhos quanto ao gênero a acompanhou. Por isso, repetidas vezes restringiu a sua própria liberdade na tentativa de poupá-los de certas situações de discriminação que já havia vivenciado anteriormente:

[...] E eu tinha medo que isso influenciasse meus filhos no comportamento. Hoje eu vejo que é bobagem, né? (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p. 12) [...] Eu consigo me enxergar e até o jeito de eu conversar com eles, mas é muito mais masculino do que eu gostaria. Tento não ir tão maquiada, tento ir mais natural. Tento não ser tão [feminina]. [...] Eu tento não expor eles também a isso aí, né? Apesar que eles me abraçam, me beijam, andam de mão dada comigo na rua. Eles não demonstram o medo que eu tenho, o receio que eu tenho nesse ponto aí (Meireles; Lewandowski, 2023).

Em continuidade ao tema, quando questionada sobre a importância da identidade de gênero para a parentalidade, Sylvia ponderou:

É indiferente se tu é pai, se tu foi pai e agora tu é mãe, se tu foi o homem e agora é a mulher. É indiferente, né? Não afeta nada. O que importa mesmo é a convivência. [...] Então acho que ser pai, ser mãe, é muito isso agora... independe do sexo, independe do gênero, né, do que tu faz. O importante é que está lá (Meireles; Lewandowski, 2023).

Por fim, mencionou como o aspecto mais gratificante em sua relação com os filhos, o fato de “ter um reconhecimento por parte dele, o respeito. [...] A essência, a alma é a mesma, independente se eu era [nome morto] ou se agora eu sou [nome dela]. Nada mudou, muito pouco mudou” (Meireles; Lewandowski, 2023).

4.2 Josi

Josi (elu/delu), pessoa não-binária de 28 anos, teve conhecimento da pesquisa através de uma postagem em uma rede social. A parentalidade aconteceu para elu durante um relacionamento que teve seu término logo após o nascimento do filho. Ao falar sobre a relação com o filho de quatro anos, comentou usar o termo “mãe”, “porque não sabia nenhum outro jeito de falar. Então, sempre usei mãe. Ele [filho] sempre usou mãe” (Meireles; Lewandowski, 2023).

A respeito disso, Josi comentou que os papéis parentais, apesar de não estarem necessariamente ligados a identidades de gênero, ainda são muito estigmatizados. Nesse contexto, explicou ter escolhido adotar a nomenclatura “mãe” como uma decisão política. Enfatizou que, ao fazer isso, se sente reafirmando que o papel essencial de cuidar e criar seu filho será exercido por uma pessoa não-binária, desafiando as normas de uma sociedade ainda predominantemente preconceituosa:

Tipo uma coisa que eu quis usar a palavra mãe e não inventar outra também era por causa disso, sabe, pelo peso que a palavra mãe tem. As pessoas, parece, que elas não botam fé se tu não é mãe, sabe? Mas, se a gente começa a desconstruir esses papéis... E eu queria que ele tivesse uma mãe, que isso não fosse tirado dele (Meireles; Lewandowski, 2023).

Ao compartilhar sobre a sua trajetória de parentalidade, referiu já na infância pensar em um dia se tornar mãe. No entanto, sua gravidez não foi planejada e tanto a gestação quanto o pós-parto foram difíceis, marcados por uma depressão. Josi associa a depressão, na sua perspectiva, às questões hormonais e à experiência de vivenciar a gravidez enquanto pessoa não-binária, já que esta experiência socialmente está atrelada ao papel do feminino. Em virtude disso, Josi relatou sempre

ter sofrido preconceito, muitas vezes de forma velada. Por exemplo, ele criticou o fato de duvidarem de sua capacidade de matinar, entre outros motivos, em função da sua identidade de gênero. Aprofundando sua reflexão sobre as expectativas sociais a respeito do ser mãe, Josi ponderou: “A visão que as pessoas têm do pai e as ideias que as pessoas têm da mãe são muito diferentes. Eu brinco que eu amo meu filho, mas eu odeio ser mãe. Eu preferia ser pai” (Meireles; Lewandowski, 2023).

Desse modo, Josi abordou a importância de refletir sobre a maternidade fora de uma visão idealizada, destacando que a maternidade solo e a inclusão em um grupo amplamente marginalizado da sociedade representam grandes desafios. Sobre o atravessamento das questões de gênero em seu exercício parental, Josi argumentou sentir que, muitas vezes, ser uma pessoa não-binária instiga no filho outros modos de perceber a normalidade e as violências sofridas pelas pessoas, abrindo outras perspectivas:

Então eu tô construindo essa visão de pluralidade nele [filho], sabe? (Meireles; Lewandowski, 2023). Por exemplo, eu coloquei um nome no meu filho que ele não precisasse retificar [...]. Eu criei ele de uma forma que ele pudesse ser livre como eu gostaria de ser, com ele me esforço para ser, sem essa questão dos papéis de gênero (Meireles; Stumm; Lewandowski, 2026, p.15). Eu acho que isso me traz uma visão de como o mundo é normativo e de como isso não é necessário para a criação de uma criança. O que é necessário para a criação de uma criança é estabilidade e amor, dedicação e presença. Nada do resto que as pessoas dizem (Meireles; Lewandowski, 2023).

Ainda exemplificando possíveis impactos das questões de gênero na criação de seu filho, Josi relatou que:

Quando tem pessoas que usavam um nome quando ele conheceu e passam a usar um outro nome, a gente fica sabendo disso e tenta explicar para ele, né? [...] as pessoas estão todas aí, e o importante é a gente chamar essas pessoas como elas gostam de ser chamadas. [...] Criança tá aí pra aprender, entendeu? [...] Então, tipo, não é difícil, é só tu saber usar uma linguagem que seja adequada à idade deles (Meireles; Lewandowski, 2023).

Dessa forma, Josi enfatiza o entendimento de gênero como um processo em constante construção. Para ele, desnaturalizar ideias rígidas sobre gênero se torna um dos desafios de seu exercício parental:

Acho que outra grande dificuldade da maternidade no papel da não-binariedade é que é novo, entendeu? Ninguém sabe como te chamar, tu não sabe como te chamar. Então tu acaba tendo que recorrer às coisas que já

existem, porque é mais fácil, ou tendo que inventar tudo novo, sabe? (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p.14) [...] É muito diferente do que as outras pessoas vivenciam como maternidade. É um lugar muito solitário de ser... Parece que tu deliberadamente tá desafiando a sociedade como se fosse o que tu quisesse (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p.15).

4.3 Joanna

Joanna (ela/dela), mulher trans de 52 anos, é pai de um filho de 12 anos e visualizou o cartaz de divulgação da pesquisa no serviço de saúde local. Dando enfoque em sua trajetória parental, ela contou que a decisão pela parentalidade aconteceu depois de conversas com a sua então esposa, pois inicialmente não tinha desejo de ter um filho. Aproximadamente três anos após o nascimento do filho, Joanna iniciou o seu processo de transição de gênero e passou por questionamentos a respeito da nomenclatura que usaria para se denominar em sua relação com o filho. Durante esse período, tais questionamentos causaram conflitos com sua então esposa:

Não me tornei mãe. Eu continuei sendo pai.[...] Quando eu comecei a transicionar, ele já tinha dois anos. [...] (Meireles; Lewandowski, 2023). Aí ele me chamava de pai. No começo até eu queria ser mãe, até que ele me chamasse de mãe. Mas daí teve uma encrenca. Daí nós entramos em choque, eu e a mãe dele, né? Porque ela não queria dar... dizia: 'Mãe sou eu, tu não tava com ele na barriga, tu não pariu, tu não passou pelo trabalho de parto, entendeu?'. E aí eu vi duas coisas: meu comportamento com ele, comparando com ela, não era de mãe, eu agia como pai (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p.16).

Em busca pela melhor nomenclatura, Joanna inicialmente explorou possibilidades de nomenclaturas designadas às figuras femininas, mas explica que elas não descreviam da melhor forma a sua relação e vínculo com o filho. Ademais, Joanna teme que essa mudança poderia representar figurativamente a morte do papel que vinha ocupando até então como pai:

E outra, daí eu pensei: 'Bom, se eu não posso ser mãe, então vou ser tia, dinda, né?'. Daí disse: 'Mas se eu for mãe? Ou se eu for dinda? Ou se eu for alguma outra coisa, eu vou estar matando o pai dele, eu mesma. Eu vou matar o pai dele, eu vou matar eu, né? Então não vou matar o pai do meu filho (Meireles; Stumm; Levandowski, 2026, p.16). Como é que eu vou matar o pai

do meu filho, né? Aí eu vou ser pai". E aí continuei sendo pai, e ele me chama de pai até hoje (Meireles; Lewandowski, 2023).

Por esse motivo, Joanna descreveu ter vivenciado um processo de ressignificação das nomenclaturas parentais, desvinculando a atribuição de gênero aos papéis de "pai" e "mãe". A partir do seu relato, Joanna evidenciou alguns exemplos da diferença percebida por ela entre a relação paternal dela com o filho e a relação maternal estabelecida pela ex-esposa com o filho, mesmo se tratando de duas mulheres exercendo papéis de cuidado e responsabilidade perante a mesma criança:

Porque tem mães que são mães e pais e tem pais que são pais e mães, né? São sozinhos, são solos, então eles têm que fazer mais ou menos as duas funções. [...] Eu não sei bem qual é a diferença [entre ser pai ou mãe], mas eu sinto que tem uma coisa diferente, e ele [filho] com ela [mãe do filho] também é diferente, sabe? Comigo ele [filho] é mais assim... [...] Vamos andar de carro, vamos jogar joguinho... E tá, ele joga joguinho com ela [mãe do filho], mas... e vamos brincar de luta. Com ela é mais a mãe. Tipo, que nem eu sou... que nem eu era eu com a minha mãe também, sabe? E a mãe é a mãe, né? (Meireles; Lewandowski, 2023).

Durante a entrevista, Joanna também destacou as dificuldades que enfrentou na sua vivência da parentalidade como mulher trans, tais como o receio de estar, de alguma forma, influenciando o filho ou contribuindo para torná-lo uma criança amedrontada ou retraída:

Teve uma época que eu tive medo que eu estivesse influenciando ele. (...) Mas eu acho que não influencia, eu sei... Talvez, talvez, talvez, enfim, possa influenciar ele. É uma coisa que a gente está... (Meireles; Lewandowski, 2023). A gente tá pensando assim, de repente, tem que investigar se ele não tem medo de que... pelo pai ser trans... alguém vá pra cima dele (Meireles; Stumm; Lewandowski, 2026, p.18).

Refletindo sobre a identidade de gênero e suas possíveis repercussões nos cuidados e no desenvolvimento de uma criança, ela mencionou que "o que importa é o amor e a educação que tu dá pro teu filho. É o limite que tu dá pro teu filho. Tu saber educar o teu filho, né?" (Meireles; Lewandowski, 2023). Assim, Joanna referiu um entendimento de que existem outros aspectos mais significativos para o exercício da parentalidade do que a identidade de gênero de quem exerce essa função — independentemente do título de pai ou mãe. Por fim, como aspectos positivos da experiência da parentalidade, Joanna destacou a gratidão sentida ao acompanhar o desenvolvimento do filho, a reciprocidade percebida no amor compartilhado, e a

percepção do reconhecimento de seu filho com relação ao papel de pai que desempenha, independentemente de sua identidade de gênero.

Considerando os dados coletados no presente estudo, iniciamos mencionando Butler (2021), para quem a linguagem e suas dimensões performativas estabelecem uma posição fundamental na constituição do sujeito. Assim, a existência social e subjetiva é permeada por processos de reconhecimento e interpelação, nos quais a nomeação de si e do outro desempenha papel constitutivo. Por isso, pode-se entender que a experiência e a prática da parentalidade de pessoas trans e não-binárias são permeadas por questionamentos e entraves em relação aos termos e conceitos binários de parentalidade vigentes e disponíveis para identificação social.

Por um lado, essa lógica de reconhecimento e interpelação através de uma linguagem binária permite, em certa medida, a assimilação a uma parentalidade mais ou menos compatível com expectativas cis e heteronormativas. Por outro lado, esse processo normativo marginaliza as parentalidades trans e não-binárias, uma vez que seu subproduto é a construção do abjeto. Um exemplo disso é o receio relatado por Sylvia e Joanna de que seus filhos sentissem medo de sofrer preconceito por terem mulheres trans como pais. Observa-se uma preocupação em cumprir a expectativa social atrelada ao significado do “ser pai” vinculado às características do masculino — mesmo que isso não represente as suas identidades — para atender a expectativas sociais estabelecidas pelo modelo de parentalidade normativa. Assim, a posição de não-lugar percebida e sentida pelas pessoas participantes deste estudo pode ser entendida como um efeito de tal posição abjeta, representada pela falta de nomenclaturas que contemplem a totalidade da sua experiência parental, uma vez que fogem à normativa cis estabelecida.

Assim, os achados corroboram o pressuposto de que a construção da linguagem opera de modo regulatório, normalizando e marginalizando experiências dissidentes (Butler, 2021). Em outras palavras, a necessidade de assumir nomenclaturas binariamente generificadas, pela falta de outros termos, e os sentimentos de inadequação e não pertencimento que acompanham este uso, ilustram esse fenômeno e o que afirmou Butler (2021) sobre a linguagem nos ferir, porque somos seres linguísticos. Nesse sentido, a respeito da nomenclatura parental, Sylvia declarou ser pai, assim como Joanna. Mesmo se tratando de duas mulheres,

ambas continuaram entendendo-se como pai e desempenhando tarefas tradicionalmente relacionadas a este papel. Contudo, de forma concomitante, nos dois casos observa-se o descolamento entre o papel social desempenhado (pai) e o gênero da pessoa que o desempenha (mulher).

Tais casos ilustram a possibilidade de que a nomenclatura que já era reconhecida pelos filhos antes da transição possa prevalecer, independentemente do gênero da pessoa cuidadora — ou seja, o fator decisório para a manutenção da nomenclatura pareceu ser o fato de que ela já nomeava o vínculo com o filho. Além disso, esses casos corroboram a hipótese de que o uso de termos como “pai” e “mãe” possa depender sobretudo do papel parental socialmente estabelecido que representam, e não necessariamente do gênero da pessoa que os desempenha — como foi o caso das três pessoas participantes. Para Sylvia, por exemplo, as nomenclaturas avó e pai coexistem, demonstrando uma relação que se modifica ao longo da sua transição e no processo de construção de relações com novos integrantes da família.

Por sua vez, Josi alinhou sua parentalidade à “maternidade”. No entanto, a identificação de Josi com a maternidade não representava a identificação como “mulher” normativamente associada às pessoas que desempenham o papel reprodutivo da gravidez ou de amamentação. Novamente, há um descolamento entre os conceitos binários e suas significações (homem/mulher e pai/mãe, respectivamente). Para Josi, as experiências de gravidez e amamentação, embora associadas ao papel materno, não estavam vinculadas ao papel feminino. Assim, Josi, possuindo um corpo não-binário grávido, desafiou as convenções de gênero que ditam a gravidez como um acontecimento vinculado ao corpo e aos papéis reprodutivos femininos (Pinho, Rodrigues & Nogueira, 2020), mas também revelou um sofrimento para desvencilhar-se dessa leitura social normativa de um corpo feminino.

De modo geral, o que prevaleceu para as pessoas participantes da pesquisa foi a singularidade de sentido contida nos termos “pai” e “mãe”, mais do que o gênero inferido pelo substantivo, ainda que este significado esteja carregado de noções vinculadas ao papel social do “feminino” ou do “masculino”. Sobre a importância da desvinculação dos papéis parentais dos papéis de gênero, Joanna mencionou o exemplo da parentalidade solo, em que, independentemente do gênero, uma pessoa

acaba assumindo e exercendo sozinha as atribuições de cuidado na vida de uma criança.

Por outro lado, Sylvia e Joanna, em seu processo de identificação com o título “pai”, hesitaram acerca de sua legitimidade para se intitularem mãe por conta de não terem gestado e amamentado a criança. No caso de Joanna, pesou também a falta de aceitação da transição de papéis por parte de sua ex-parceira, que também se identificava como mãe. Para a ex-parceira de Joanna, existiria a impossibilidade de Joanna também ser mãe de seu filho por não ter gestado, parido e amamentado o filho, denotando uma associação direta entre aspectos biológicos (por exemplo, possuir um útero) e sociais (ser mãe). Tais experiências subjetivas suscitam questionamentos sobre a relação entre gestar, parir, amamentar e ser mãe/exercer o papel materno e sobre os termos e nomenclaturas associadas a esses eventos biológicos e também sociais. Desse modo, as três pessoas participantes levaram em conta a não-coincidência entre um corpo feminino, um corpo com um útero, e um corpo gestante.

A partir do exposto, reitera-se que os atos linguísticos e seus fundamentos históricos, sociais e políticos associam-se à chamada “política do performativo” (Butler, 2018), que se refere ao modo como os atos de linguagem e as performances de gênero não são apenas expressões de uma identidade já existente, mas que, na verdade, também contribuem para a construção e a legitimação dessa identidade. Em outras palavras, ao falarmos e agirmos de determinada maneira, estamos “performando” nossas identidades, que passam a ser validadas desde uma estrutura regulatória chamada performatividade.

Para Butler, é necessário que uma dada matriz normativa valide tais performances, servindo como elemento base para dar inteligibilidade e sustentação aos seus efeitos sociais e políticos (Butler, 2018). Este conceito relaciona-se intimamente com a problemática apontada pelas pessoas participantes da pesquisa, que ponderaram sobre qual identidade parental assumiriam, já que não se viam completamente contempladas pelas significações e expectativas sociais associadas às nomenclaturas disponíveis (“pai” ou “mãe”) assumidas por elas. Essas situações demonstram o peso do contexto social e cultural na construção das categorias parentais em uma sociedade cis e heteronormativa, já que, ao escancarar múltiplas

vivências, desafiam respectivamente as associações entre feminino/masculino aos termos mãe/pai, ou mesmo experiências como gestar e amamentar.

No caso das pessoas participantes, o peso associado ao ato de assumir um título parental específico (pai ou mãe) também segue a expectativa social de uma adequação performativa aos padrões de gênero que acompanham cada nomenclatura. Assim, observa-se como a matriz normativa de sexo-gênero-desejo, proposta por Butler (2003), regula uma relação compulsória entre esses três elementos. Conforme dissidentes sexuais e de gênero desafiam tal coerência entre sexo-gênero-desejo, observa-se que esse movimento de dissidência provocado por essas pessoas também abre espaço para repensar o próprio significado de tais categorias. Por exemplo, a expectativa de que exista uma coincidência cristalizada entre termos de identidade (como mulher ou mãe) e suas reverberações subjetivas é exemplificada por Patrick Califia (2005) acerca do significado de ser lésbica. O autor toma o termo lésbica para argumentar que o termo, por si só, pode não dar conta de acolher uma multiplicidade de experiências sexo-genéricas dissidentes de pessoas que se identificam como lésbicas.

É possível inferir que ocorre algo similar nas parentalidades trans e não-binárias. Ao escancarar múltiplas vivências, tais parentalidades desafiam as associações entre feminino/masculino com os termos mãe/pai, assim como experiências vinculadas a essas associações, tais como gestar e amamentar. Relacionando ao proposto por Butler (2003), entende-se que, se o caráter artificial performativo da interação social serve como estratégia de sustentação de uma matriz sexo-gênero-desejo cis e heteronormativa, é também pela reiteração de atos dissidentes, como sugerido por Califia (2005), que, em um movimento orgânico ou intencional, seria possível modificar essa construção social, ao invés de concebê-la como um determinismo imutável.

Isso pode ser vislumbrado na narrativa de Sylvia, que relata que, quando seus filhos nasceram, ainda não passara pelo processo de transição de gênero. A dificuldade de se ver no papel de mãe foi compreendida pelo fato de que, no momento de criação de vínculo com seus filhos, ela ainda ocupava uma posicionalidade parental socialmente atribuída ao masculino. Assim, no caso de Sylvia, o papel assumido como pai decorre de sua trajetória anteriormente construída com seu filho, mais próxima do que ela acreditava ser o papel de pai. Em outras palavras, ser pai mantém o tipo de

relação que Sylvia tinha com o seu filho mesmo antes de sua transição de gênero. Contudo, no caso de Sylvia, percebe-se uma reflexão sobre os papéis futuros que ela possa vir a assumir dentro do contexto familiar, ponderando sobre o que significa tornar-se avô ou avó e demonstrando maior liberdade e identificação com a nomeação de avó, ao considerar o que esse papel implica.

Da mesma forma, parte do entendimento de Joanna sobre ser pai também foi atravessado pelo fato de o filho ter nascido antes de sua transição. Para além disso, Joanna entendia que assumir a nomenclatura “mãe” significaria “matar” o pai de seu filho e a si mesma, em alguma medida. Dito de outro modo, a maneira como Joanna se entendia no decorrer de sua transição de gênero e em seu exercício parental informa a construção de sua identidade como cuidadora. Abdicar de tal identidade inicialmente construída, ou seja, de pai, por conta de sua transição de gênero, representaria para ela abrir mão de parte importante de si e da relação construída até então com seu filho.

A partir desses relatos, sugere-se uma associação temporal e situacional entre transição de gênero e a experiência de identificação com os papéis familiares e as nomenclaturas assumidas pelas pessoas entrevistadas antes ou depois desse processo. Sylvia e Joanna passaram por uma designação compulsória de nomenclaturas parentais binárias carregadas de significações atribuídas ao gênero (feminino ou masculino) quando seus filhos nasceram. Hipotetiza-se, a partir disso, que o papel pelo qual estavam sendo reconhecidas socialmente na época (o papel de pai) repercutiu no seu processo de apropriação dos papéis parentais, já que, por saberem que seriam reconhecidas como “pai”, modificaram suas experiências pessoais de parentalidade.

Por sua vez, Josi justificou o uso da palavra “mãe” na relação com seu filho porque “não sabia outro jeito de falar”. Assim, evidencia-se, na parentalidade de pessoas não-binárias, o desafio da falta de recursos linguísticos que contemplem de forma inclusiva a sua experiência de vida, para além do binarismo. Josi argumenta que essa falta intensifica a invisibilidade da parentalidade de pessoas não-binárias, dificultando a aceitação e validação social dessas experiências dissidentes. Ainda, muitas vezes, essa falta contribui para um posicionamento defensivo dessas pessoas, acarretando ainda mais isolamento social e sentimentos de solidão, não-conformidade e não-pertencimento.

Desse modo, mesmo desejando distanciar-se dos significados atrelados ao feminino, e não se identificando completamente com o termo “mãe”, Josi ainda assim recorreu a este conceito para expressar o significado de seu papel parental, pois, entre as duas possibilidades aceitas socialmente, esta foi a que mais se aproximava do tipo de reconhecimento social que gostaria de ter ao desempenhar a parentalidade.

Outro ponto de influência na decisão de Josi pelo termo “mãe” foi a identificação com parte das significações vinculadas a ele, no caso, a confiança que as pessoas têm no desempenho parental de quem é mãe e na baixa expectativa com relação a quem é pai, apontando uma disparidade grande de responsabilidades assumidas na prática da parentalidade entre quem desempenha estes dois papéis; ou, também, pela potência da palavra “mãe”, quando Josi diz que “não queria que isso fosse tirado dele (filho)”. Neste caso, foi possível perceber como crenças sobre características do papel/conceito de mãe socialmente difundidas, além das noções de significado e força social do papel materno e da maternidade como um ideal identitário, podem exercer influência no processo de apropriação de termos e nomenclaturas parentais nas parentalidades trans e não-binárias.

Quanto a essas representações sociais, Sylvia e Joanna evidenciaram as diferenças no exercício da paternidade e da maternidade, enfatizando desempenhar o papel de pai por não agirem como mães. No caso de Joanna, isso se deveu ao fato de não perceber em si características que considera como maternas: proteger o filho como uma leoa, abrindo mão de coisas da própria vida pelo filho, instintivamente e inevitavelmente. Foi possível perceber, em seu relato, a predominância de ideais romantizados de maternidade, além do conjunto de comportamentos que o acompanham, noção que interfere em sua identificação com este papel.

No mesmo sentido, Josi relatou conflitos sobre como conciliar as significações do papel de mãe comumente associado ao feminino com o que se sentia confortável em fazer/ser ao assumir tal papel. Também no relato de Sylvia verificou-se como o desejo pela parentalidade foi afetado por este imaginário social. Ao dizer que inicialmente não desejava ter filhos por não se enxergar como “figura masculina paterna”, ela não estava afirmando não querer ter filhos, mas, sim, não querer assumir o que chamou de “valores masculinos” implícitos no desempenho deste papel. Compreende-se, então, a influência do imaginário social na visão de parentalidade que as pessoas constroem, já que, nestes casos, não estava em discussão a presença

da figura de cuidado, independente da nomenclatura binária utilizada, mas, sim, o peso das significações que acompanham estes conceitos.

Essa discussão levantada por pessoas trans e não-binárias a respeito de conceitos linguísticos demonstra como a linguagem influencia as suas experiências e práticas parentais. Isso foi ilustrado nas entrevistas por meio de interpelações normativas, como “isso é um comportamento de pai” ou “isso é um comportamento de mãe”. Tal fenômeno pode ser interpretado a partir do conceito de “heterossexualidade fundadora” introduzido por Judith Butler (2003). A autora argumenta que a heteronormatividade, como estrutura que fundamenta e organiza a sociedade, contribui para a manutenção de sistemas de opressão e exclusão, marginalizando e deslegitimando formas de ser dissidentes, a exemplo, novamente, da falta de nomenclaturas que sirvam a outras experiências de vida que não as heteronormativas.

Nessa perspectiva, Monique Wittig (1980) convida a uma reflexão sobre a criação de termos que possam abarcar experiências dissidentes sexuais e de gênero, desafiando a linguagem normativa que reforça o contrato patriarcal e heterossexual. Para Wittig (1980), o que está em jogo é a relação da linguagem e suas multiplicidades com o campo político do poder, uma vez que construções discursivas cis e heteronormativas se apropriam da linguagem como modo de negar e deslegitimar que dissidentes sexuais e de gênero possam criar uma linguagem própria que dê conta de suas experiências. Tal reflexão coaduna com as ideias de Butler (2003) anteriormente mencionadas.

Em função desse panorama, as experiências parentais se tornam compulsoriamente binárias. Isso porque, ao vivenciarem a parentalidade, pessoas trans e não-binárias acabam se deparando apenas com dois conceitos aceitos socialmente para designarem essa experiência: “mãe” e “pai”. Genericamente, para serem reconhecidas como cuidadoras e terem suas parentalidades validadas, essas pessoas sucumbem a uma associação ao feminino ou ao masculino que só existe dentro da lógica cisheteronormativa. Essa crítica se traduz na dificuldade relatada pelas pessoas participantes desta pesquisa para decidir qual conceito assumiriam, a exemplo dos “valores masculinos” apontados por Sylvia, que dificultaram a sua identificação como pai de seu filho, ou as complicações vivenciadas por Josi ao assumir o rótulo de mãe, mesmo sendo uma pessoa não-binária.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa investigou o processo de apropriação de nomenclaturas associadas à identidade parental de pessoas trans e/ou não-binárias. Como principais achados, observa-se que as pessoas participantes levaram em consideração tanto expectativas pessoais com relação à parentalidade (e seu próprio gênero) quanto expectativas sociais associadas aos papéis familiares. Em particular, observou-se uma maior importância dos significados presentes no imaginário social, das diferenças de responsabilidades no exercício parental atreladas a cada termo — pai ou mãe — e da identificação pessoal com estes significados, em contraponto ao gênero indicado pelo termo em si.

Ainda, as pessoas participantes evidenciaram a influência temporal e situacional no processo de apropriação destes termos parentais, considerando o momento de vida em que a parentalidade aconteceu e o estágio de transição de gênero em que se encontravam. Por outro lado, falas de participantes como Josi evidenciaram a falta de recursos linguísticos (termos e conceitos) que contemplem de forma inclusiva a diversidade de experiências parentais de pessoas trans e não-binárias, para além do binarismo compulsório.

Refletindo-se sobre as dificuldades encontradas na realização deste trabalho, pode-se citar a baixa disponibilidade de pessoas-alvo interessadas em colaborar com a pesquisa. Alguns dos aspectos que podem ter sido responsáveis por essa baixa disponibilidade são a hesitação presente na decisão de participar de uma pesquisa na qual será necessário compartilhar experiências pessoais sensíveis e o medo de sofrer alguma violência ou discriminação em virtude disso, assim como as limitações de acesso à pesquisa, considerando que as formas de divulgação utilizadas possam não ter sido as mais efetivas. Por fim, ainda, em concordância com a provocação de Wittig (1980), este estudo salienta o esforço constante de pessoas trans e/ou não-binárias na criação e reapropriação de nomenclaturas e conceitos que possibilitem a compreensão mais ampla das suas experiências de parentalidade.

6. Referências

BLANKENHEIM, Thaís; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; SILVA, Denise Regina Quaresma Da. **Homoparentalidade**: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 243–249, 2018.

Disponível em: <http://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5560/7058>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BOWER-BROWN, Susie. **Beyond Mum and Dad: Gendered Assumptions about Parenting and the Experiences of Trans and/or Non-Binary Parents in the UK.** LGBTQ+ Family: An Interdisciplinary Journal, v. 18, n. 3, p. 223–240, 2022. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/27703371.2022.2083040>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cadernos Pagu, n. 21, p. 219–260, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 18. ed., R. Aguiar, trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Trabalho original publicado em 1990).

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo.** São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CALIFIA, Pat. **Gay men, lesbians, and sex: Doing it together.** Advocate, v. 7, n. 1983, p. 24–27, 1983.

D'AMORIM, Maria Alice. **Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros.** Temas em Psicologia, v. 5, p. 121–134, dez. 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300010&nrm=iso. Acesso em: 30 mai. 2025.

FISCHER, Olivia J. **Non-binary reproduction: Stories of conception, pregnancy, and birth.** International Journal of Transgender Health, v. 22, n. 1–2, p. 77–88, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26895269.2020.1838392>. Acesso em: 30 mai. 2025.

GORIN, Michelle Christof et al. **O estatuto contemporâneo da parentalidade.** Revista da SPAGESP, v. 16, n. 2, p. 3–15, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

HAFFORD-LETCHFIELD, Trish et al. **What do we know about transgender parenting?: Findings from a systematic review.** Health & Social Care in the Community, p. hsc.12759, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/hsc.12759>. Acesso em: 30 mai. 2025.

HOUZEL, Didier. **As implicações da parentalidade**. In: SOLIS-PONTO, Letícia. (Org.), Ser pai, ser mãe: Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

MACHIN, Rosana. **Homoparentalidade e adoção**: (re)afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 350–359, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350>. Acesso em: 30 mai. 2025.

MANION, Jen. *Female husbands: A trans history*. Cambridge University Press, 2020.

MATHIAS, Dionei. **Pertencimento: discussão teórica**. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 25, n. 1, p. 166–187, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202325110>. Acesso em: 30 mai. 2025.

MEIRELES, Eduarda Duarte. **Trajetórias rumo à parentalidade: experiências de pessoas trans e não binárias**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, 2023. No prelo.

MEIRELES, Eduarda Duarte; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. **Trajetórias rumo à parentalidade: experiências de pessoas trans e não binárias**. 2023. Projeto de Pesquisa não publicado. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, 2023.

MEIRELES, Eduarda Duarte; STUMM, Euge; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. *Trajetórias de Parentalidade: invenções e desobediências de pessoas trans e não binárias*. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 24, p. 133–167, 30 jun. 2026.

OGAKI, Henrique Abe; PICCININI, Cesar Augusto. **As funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês**. *Psicologia em Estudo*, p. 13, v. 28 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/53215>. Acesso em: 30 mai. 2025.

PEREIRA, Danilo Martins Roque et al. **Evidências científicas sobre experiências de homens transexuais grávidos**. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 31, p. e20210347, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2021-0347pt>. Acesso em: 30 mai. 2025.

PINHO, Ana R.; RODRIGUES, Liliana; NOGUEIRA, Conceição. **(Des)Construção da parentalidade trans: homens que engravidam**. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n. 41, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.12>. Acesso em: 30 mai. 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de gênero e história social**. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 159–189, abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100009>. Acesso em: 30 mai. 2025.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. **Cisheteronormatividade como instituição total**. Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná, v. 18, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>. Acesso em: 30 mai. 2025.

RIGGS, Damien W.; POWER, Jennifer; VON DOUSSA, Henry. **Parenting and Australian trans and gender diverse people: an exploratory survey**. International Journal of Transgenderism, v. 17, n. 2, p. 59–65, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15532739.2016.1149539>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicologia da Educação, n. 28, p. 169–195, 2009. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

SOUZA, Érica Renata de. **Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil**. Revista de Antropologia, v. 56, n. 2, p. 397–430, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.82527>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SOUZA, Larissa Beatriz Francisca de; FERNANDES, Renata Marinho; SOUSA, Leiza Melo; FERNANDES, Maria Isabel da Conceição Dias. **Assistência à saúde do homem transgênero durante o ciclo gravídico-puerperal: uma revisão integrativa**. Revista Nursing, v. 25, n. 292, p. 8566–8577, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1399181>. Acesso em: 30 mai. 2025.

STAKE, Robert. **Multiple case study analysis**. Guilford Press, 2006.

TORNELLO, Samantha L. **Division of labor among transgender and gender non-binary parents: association with individual, couple, and children's behavioral outcomes**. Frontiers in Psychology, v. 11, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2020.00015/full>. Acesso em: 30 mai. 2025.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Representações sociais, representações individuais e comportamento**. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n. 3, p. 379–390, 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**. Boston, Beacon, 1992.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos** (3ª ed.). Bookman, 2010.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. **Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade**. Tempo Psicanalítico, v. 42, n. 2, p. 453–470, 2010.

Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

NOMENCLATURES OF PARENTHOOD AND GENDER IN TRANS AND NON-BINARY PERSPECTIVES

Abstract

This qualitative, exploratory-descriptive and cross-sectional study investigates the adoption of binary nomenclatures associated with parental identities among trans and/or non-binary people. A detailed analysis of individual experiences of three trans and/or non-binary parents was conducted. The results indicated the choice of parental terms is a complex process in which the identification and the embodiment of concepts and terms such as "father" or "mother" involves social and personal meanings that challenge normative gendered conventions.

Keywords

Transgender people; Non-binary people; Parenting/Parenthood; Language; Gender binary.

Agradecimentos: Agradecemos, em primeiro lugar, às pessoas participantes que compartilharam suas histórias e possibilitaram as reflexões propostas por este trabalho. Agradecemos, também, à psicóloga pesquisadora Eduarda Meireles pela idealização do projeto de pesquisa e coleta de dados.

Agência financiadora: Dra. Daniela Levandowski é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Contribuições das pessoas autoras: CM contribuiu com a escrita rascunho original, revisão e edição, curadoria de dados, análise de dados; ES contribuiu com a escrita rascunho original, revisão e edição, além da supervisão da coleta e curadoria de dados, análise de dados e orientação e supervisão teórico-metodológica deste manuscrito; DCL colaborou com a escrita de revisão, supervisão da coleta de dados, orientação e supervisão teórico-metodológica deste manuscrito. Todas as pessoas autoras manifestam concordância com a versão final apresentada para a publicação.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre aprovou este projeto sob o número 6.045.472 no ano de 2023. O documento está disponível em anexo aos arquivos submetidos à revista.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Foi utilizada a ferramenta Chat GPT versão gratuita, no período entre dezembro de 2023 e primeiro semestre de 2025, com a finalidade de apoio à organização de tópicos, melhoria de clareza textual e esboço preliminar da tradução do resumo para o inglês, que posteriormente foi revisado e editado. A ferramenta não foi utilizada para substituir a análise crítica, a interpretação dos resultados ou a formulação das conclusões. Todo o conteúdo gerado ou revisado com apoio de inteligência artificial foi conferido pelas pessoas autoras que assinam esta carta, que assumem integral responsabilidade pela precisão, originalidade e integridade do trabalho final.

Pessoa autora correspondente: Camila Maurer, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; e-mail psico.camilamaurer@gmail.com; Rua Doutor Freire Alemão, 793, Mont'Serrat, Porto Alegre. Alternativamente, pode-se contatar Daniela Lewandowski, danielal@ufcspa.edu.br, Sarmento Leite, 245 - Centro Histórico, prédio 1, 206, Departamento de Psicologia.

Recebido em: 11/07/2025

Aceito em: 07/09/2026

